

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INFORMAÇÕES PRELIMINARES

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 7901/2026

2. INTRODUÇÃO

2.1. O Estudo Técnico Preliminar, em observância ao disposto no art. 18, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, constitui instrumento essencial de planejamento, destinado à identificação e análise da necessidade administrativa, à demonstração do interesse público envolvido, bem como à adequada definição do problema a ser solucionado e da solução mais eficiente. Tem, ainda, por finalidade evidenciar a viabilidade técnica e econômica da medida pretendida, fornecendo os elementos indispensáveis à elaboração do Projeto Básico e/ou Termo de Referência, quando verificada sua pertinência.

2.2. O presente documento integra a fase preparatória do processo administrativo, configurando relevante mecanismo de governança, planejamento e controle, voltado à promoção da eficiência, eficácia e economicidade na gestão dos recursos públicos. Para tanto, contempla a identificação da demanda administrativa, a análise da viabilidade e razoabilidade da solução proposta, o levantamento e a avaliação das alternativas disponíveis no mercado, a verificação de eventuais impactos ambientais, a adequada caracterização do objeto, bem como a estimativa de custos, dentre outros elementos necessários à instrução processual.

2.3. Este Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade delimitar, de forma clara, objetiva e precisa, o objeto a ser licitado, apresentando os subsídios técnicos indispensáveis à regular instrução do processo administrativo. Busca-se, assim, viabilizar a instauração de procedimento que conduza à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público, observadas as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste documento.

3. UNIDADES DEMANDANTES

- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD
- SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E TRABALHO – SEMAST.

4. DIRETRIZES QUE NORTERÃO OS ESTUDOS TÉCNICOS

- 4.1.** Os elementos normativos que regularão o presente prospecto seguirão destrinchados nos Prefeitura Municipal de Cacoal – Rua São Francisco nº 3143 - Bairro Industrial. CEP: 76.963-490
Contatos institucionais: (69) 3907-4096 - nfp.cacoalro@gmail.com



parágrafos subsecutivos:

- **LEI Nº 14.133/2021** – LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS;
- **DECRETO MUNICIPAL Nº 9.592/PMC/2024** – REGULAMENTA A LEI DE LICITAÇÕES CONTRATOS EM ÂMBITO MUNICIPAL;
- **LEI Nº 13.709/2018** - LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS – LGPD.

5. FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE E JUSTIFICATIVA DA FINALIDADE PÚBLICA

5.1. FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE:

5.1.1. A demanda para identificação patrimonial, bem como de cola para sua fixação, é necessária para garantir a adequada gestão, controle, conservação e rastreabilidade dos bens permanentes pertencentes às unidades administrativas da Administração Pública Municipal. A identificação patrimonial constitui procedimento indispensável para o registro, tombamento, localização, acompanhamento e fiscalização dos bens públicos, assegurando maior eficiência nos processos de controle patrimonial.

5.1.2. As etiquetas patrimoniais possibilitam a identificação individualizada dos bens móveis, permitindo sua correta vinculação aos registros constantes no sistema de gestão patrimonial. Tal identificação facilita a realização de inventários periódicos, auditorias, prestações de contas, levantamentos patrimoniais, transferências, baixas e demais procedimentos de controle interno e externo.

5.1.3. Além disso, a adequada identificação dos bens contribui para a prevenção de extravios, perdas, danos e movimentações não autorizadas, promovendo maior segurança, transparência e confiabilidade das informações patrimoniais. A utilização de cola específica mostra-se necessária para assegurar a correta fixação das etiquetas em diferentes superfícies, garantindo maior durabilidade, resistência e permanência da identificação ao longo do tempo.

5.1.4. Dessa forma, o fornecimento desses materiais é essencial para manter os registros patrimoniais atualizados e em conformidade com as normas aplicáveis à administração do patrimônio público, assegurando a correta identificação dos bens já existentes e daqueles que venham a ser incorporados ao patrimônio municipal, promovendo maior organização, eficiência e controle na gestão dos recursos públicos.

5.2. JUSTIFICATIVA DA FINALIDADE PÚBLICA:

5.2.1. Assegurar a adequada identificação, controle e gestão dos bens permanentes pertencentes à Administração Pública Municipal, contribuindo para a preservação do patrimônio público e para a correta aplicação dos recursos públicos.



5.2.2. Dessa forma, a contratação atende ao interesse público ao promover maior organização, transparência, rastreabilidade e segurança na gestão dos bens públicos, garantindo condições adequadas para o controle patrimonial e contribuindo para a eficiência administrativa, em observância aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, transparência e responsabilidade na administração pública.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO/DEMONSTRAÇÃO DE SOLUÇÕES APLICÁVEIS AO OBJETO DEMANDADO

6.1. Do levantamento de mercado realizado, em observância às diretrizes da fase preparatória da contratação pública, constatou-se a existência de distintas soluções aptas ao atendimento da demanda oficialmente formalizada. Referido levantamento foi conduzido com base em critérios técnicos e objetivos, considerando práticas correntes do setor, disponibilidade de fornecedores, modelos de execução adotados pela Administração Pública e parâmetros de eficiência, economicidade e viabilidade operacional.

6.2. Nesse contexto, foram identificadas e analisadas as alternativas potencialmente aplicáveis, as quais se mostram passíveis de apreciação pela Administração, permitindo a adequada comparação entre diferentes abordagens de atendimento da necessidade administrativa. Tal providência visa subsidiar a tomada de decisão, assegurando a seleção da solução mais vantajosa, em consonância com o interesse público e com os preceitos estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

6.3. DETALHAMENTO DA PROSPECÇÃO MERCADOLÓGICA:

6.3.1.1. SOLUÇÃO 01 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ETIQUETAS PERSONALIZADAS

6.3.1.2. Contratação de empresa especializada para o fornecimento de etiquetas patrimoniais personalizadas, contendo numeração sequencial, código de barras, QR Code ou demais especificações definidas pela Administração

6.3.1.3. Pontos positivos:

- Material produzido de acordo com as especificações da Administração;
- Possibilidade de personalização com logomarca, numeração e informações específicas;
- Facilidade de rastreamento e controle patrimonial;
- Atendimento às necessidades específicas dos bens públicos.

6.3.1.4. Pontos negativos:

- Dependência do prazo de fabricação e entrega do fornecedor;
- Eventual necessidade de quantitativos mínimos para produção;



- Possibilidade de custos superiores em comparação a modelos padronizados;
- Necessidade de conferência prévia das informações a serem impressas;

6.3.2. SOLUÇÃO 02 – AQUISIÇÃO DE ETIQUETAS PATRIMONIAIS PADRONIZADAS E COLA PARA FIXAÇÃO

6.3.2.1. Aquisição de etiquetas patrimoniais padronizadas disponíveis no mercado, acompanhadas de cola específica para fixação, cabendo à Administração realizar posteriormente a identificação e vinculação aos registros patrimoniais.

6.3.2.2. Pontos positivos:

- Possibilidade de pronta entrega;
- Menor prazo para disponibilização dos materiais;
- Potencial redução de custos de aquisição;

6.3.2.3. Pontos negativos:

- Menor nível de personalização;
- Possível necessidade de adaptação aos padrões administrativos;
- Menor durabilidade em determinados modelos;
- Necessidade de identificação complementar pela Administração;
- Limitações quanto à padronização visual dos bens.

6.4. ANÁLISE COMPARATIVA SOB A ÓTICA DO CUSTO, RISCO E TEMPESTIVIDADE

6.4.1. SOLUÇÃO 01 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ETIQUETAS PATRIMONIAIS PERSONALIZADAS E COLA PARA FIXAÇÃO

6.4.1.1. Sob a ótica do custo, esta solução pode apresentar investimento inicial superior em razão da personalização dos materiais e dos processos de fabricação. Entretanto, proporciona maior durabilidade, reduzindo a necessidade de substituições frequentes e contribuindo para a eficiência do controle patrimonial.

6.4.1.2. Quanto aos riscos, apresenta baixo risco operacional, uma vez que os materiais são produzidos de acordo com as especificações técnicas definidas pela Administração. Contudo, podem ocorrer atrasos relacionados à produção ou à entrega dos itens contratados.

6.4.1.3. No aspecto da tempestividade, a solução demanda prazo para fabricação e personalização dos materiais, podendo exigir período maior para fornecimento quando comparada à aquisição de produtos padronizados disponíveis em estoque.

6.4.2. SOLUÇÃO 02 – AQUISIÇÃO DE ETIQUETAS PATRIMONIAIS PADRONIZADAS E COLA PARA FIXAÇÃO

Prefeitura Municipal de Cacoal – Rua São Francisco nº 3143 - Bairro Industrial. CEP: 76.963-490
Contatos institucionais: (69) 3907-4096 - nfp.prefeituracacoal@gmail.com



6.4.2.1. Em relação ao custo, esta alternativa tende a apresentar menor valor de aquisição, em razão da ampla oferta de produtos padronizados disponíveis no mercado e da inexistência de custos relacionados à personalização.

6.4.2.2. No que se refere aos riscos, a solução pode apresentar limitações quanto à adequação às necessidades específicas da Administração, além de eventual menor durabilidade dos materiais, dependendo das características do produto fornecido.

6.4.2.3. Quanto à tempestividade, trata-se da alternativa mais ágil, pois os materiais geralmente estão disponíveis para pronta entrega, possibilitando atendimento mais rápido da demanda administrativa.

6.5. MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA SOBRE A SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA AO ATENDIMENTO DA NECESSIDADE

6.5.1. Após a realização do levantamento de mercado e da análise comparativa das soluções disponíveis, à luz dos critérios técnicos, operacionais e econômico-financeiros, conclui-se que a **AQUISIÇÃO DE ETIQUETAS PATRIMONIAIS PADRONIZADAS E COLA PARA FIXAÇÃO** revela-se a solução mais adequada para o atendimento da demanda oficialmente formalizada, especialmente quando associada ao Sistema de Registro de Preços (SRP).

6.5.2. A adoção desta solução demonstra-se mais eficiente e vantajosa para a Administração Pública pelos seguintes fundamentos:

6.5.3. Possibilita a adequada identificação dos bens permanentes, assegurando maior controle patrimonial, rastreabilidade e organização dos registros dos bens móveis pertencentes à Administração Pública;

6.5.4. Permite maior flexibilidade operacional, possibilitando a aquisição dos materiais conforme a demanda efetiva das unidades administrativas e a necessidade de identificação de bens já existentes ou futuramente incorporados ao patrimônio público;

6.5.5. Promove maior padronização dos procedimentos de identificação patrimonial, contribuindo para a uniformidade dos registros e facilitando a realização de inventários, auditorias, levantamentos patrimoniais e demais ações de controle;

6.5.6. Possibilita a obtenção de preços mais vantajosos para a Administração, em razão da centralização das demandas em uma única Ata de Registro de Preços, favorecendo a competitividade entre fornecedores e a economicidade da contratação;

6.5.7. Confere maior eficiência administrativa, reduzindo custos operacionais relacionados à realização de múltiplos processos de aquisição, além de proporcionar maior agilidade no atendimento das necessidades de identificação patrimonial;



6.5.8. Contribui para o fortalecimento dos mecanismos de controle interno e externo, reduzindo riscos de extravio, perdas, movimentações não autorizadas e inconsistências nos registros patrimoniais;

6.5.9. Proporciona maior segurança e confiabilidade na gestão dos bens públicos, garantindo a adequada identificação física dos ativos e o cumprimento das normas aplicáveis à administração e ao controle patrimonial.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1. A solução proposta consiste na aquisição de etiquetas adesivas patrimoniais destinadas à identificação, controle, rastreabilidade e gestão dos bens permanentes pertencentes à Administração Pública Municipal, contribuindo para a organização, o inventário e o acompanhamento eficiente do patrimônio público.

7.2. A contratação compreende o fornecimento de etiquetas patrimoniais confeccionadas em material adesivo de alta resistência e durabilidade, apropriadas para aplicação permanente em bens móveis, observando padrões de qualidade compatíveis com as necessidades da Administração. As etiquetas deverão conter numeração sequencial, código de barras, QR Code e demais informações definidas pela Administração, possibilitando a identificação individualizada e o adequado controle patrimonial.

7.3. Os materiais deverão ser produzidos de acordo com as especificações técnicas estabelecidas pela Administração, permitindo a personalização com logomarca institucional, numeração específica e outras informações necessárias à gestão dos bens públicos. A solução proporcionará maior segurança, rastreabilidade, controle e eficiência nos processos de tombamento, inventário e fiscalização patrimonial, atendendo às necessidades operacionais da Administração Municipal.

8. ANÁLISE SOBRE A POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

8.1. De acordo com o art. 40 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, optar pelo parcelamento da solução sempre que viável e economicamente vantajoso para a administração devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que verificado não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando à ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para a execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

8.2. Assim sendo, a administração optou pela possibilidade do parcelamento da solução, sendo dividida em itens unitários com vistas a estimular uma maior disputa com potencial de



impacto na redução do preço final de cada item, garantindo assim a ampla concorrência, tal decisão fundamenta-se na Súmula nº 247 do TCU.

8.3. É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala.

9. QUADRO RESUMO, METODOLOGIA DE PESQUISA DE PREÇOS ADOTADA E POSICIONAMENTO CONCLUSIVO QUANTO AO CUSTO TOTAL ESTIMADO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.DE MED.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	ETIQUETAS ADESIVAS PARA PATRIMÔNIO COM ADESIVO DE ALTA RESISTÊNCIA EM VHB 467 DA 3M OU EQUIVALENTE, SIMILAR OU SUPERIOR, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: MATERIAL: ALUMÍNIO ANODIZADO IMPORTADO; SISTEMA DE IMPRESSÃO: TRATAMENTO FOTO SENSÍVEL; ESTIMATIVA DE LEITURA DE CÓDIGO DE BARRAS DE 25 ANOS; DEFINIÇÃO DE IMPRESSÃO DE ALTA RESOLUÇÃO 2400 DPI'S; ALUMÍNIO ESPESSURA DE 0,30MM; COR DA IMPRESSÃO: PRETO; COM ADESIVO 3M OU EQUIVALENTE, SIMILAR OU SUPERIOR; LAUDO TÉCNICO DO LABORATÓRIO DE ANÁLISE FALÇÃO BAUER ABBO; SISTEMA DE IMPRESSÃO TRATAMENTO FOTO CORROSÃO; TAMANHO: 50X20MM PRETO; COM NUMERAÇÃO SEQUENCIAL, CÓDIGO DE BARRAS E LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL, NA COR PRETA E COR DE FUNDO CINZA; CANTOS ARREDONDADOS.	UNID.	11.000	R\$ 7,03	R\$ 77.330,00
02	COLA PARA JUNTA DE MOTORES 75GR	UNID.	150	R\$ 18,37	R\$ 2.755,50

9.1. DETALHAMENTO QUANTO A METODOLOGIA DE PESQUISA DE PREÇOS E CONCLUSÃO DO CUSTO TOTAL ESTIMADO:

9.1.1. O procedimento de pesquisa e formação da estimativa de preços observou os parâmetros estabelecidos na Instrução Normativa nº 65/2021, de 07 de julho de 2021, a qual dispõe sobre os critérios e metodologias para a obtenção de preços de referência nas contratações públicas no âmbito da Administração Pública.



9.1.2. O procedimento de pesquisa e formação da estimativa de preços observou os parâmetros estabelecidos na Instrução Normativa nº 65/2021, de 07 de julho de 2021, a qual dispõe sobre os critérios e metodologias para a obtenção de preços de referência nas contratações públicas no âmbito da Administração Pública.

9.1.3. A metodologia adotada para o levantamento de mercado baseou-se na utilização combinada de pesquisa eletrônica e pesquisa direta junto ao mercado local, contemplando a consulta a pessoas jurídicas que exercem atividades compatíveis com o objeto pretendido. A pesquisa eletrônica foi realizada por meio de fontes públicas e especializadas, permitindo a obtenção de referências atualizadas e amplamente praticadas, enquanto a pesquisa direta possibilitou a coleta de informações junto a fornecedores atuantes na região, assegurando maior aderência à realidade local.

9.1.4. Destaca-se que a coleta de dados foi direcionada ao maior número possível de fornecedores, com vistas à ampliação da base de consulta e à obtenção de múltiplas referências de preços, conferindo maior robustez, confiabilidade e representatividade aos valores levantados. Tal procedimento visa garantir que a estimativa de preços reflita, de forma fidedigna, as condições praticadas no mercado, em observância aos princípios da economicidade, isonomia e vantajosidade para a Administração Pública.

9.1.5. O custo estimado perfaz **R\$ 80.085,50 (OITENTA MIL, OITENTA E CINCO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)**. Sendo que este valor constitui-se em mera previsão dimensionada.

9.1.6. O objeto demandado não se amolda aos artigos de luxo, nos termos contidos no art.20 da Lei nº 14.133/21.

9.2. HISTÓRICO/MEMÓRIA DE CONSUMO:

QUADRO RESUMO - HISTÓRICO/MEMÓRIA DE CONSUMO	
IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO OU NÚMERO DO INSTRUMENTO DE CONTRATO	INVESTIMENTO ESTIMADO/EMPREGADO
PREGÃO 172/2023	R\$ 29.345,00

10. REQUISITOS LEGAIS, NORMATIVOS E TÉCNICOS APLICÁVEIS AO ATENDIMENTO DA DEMANDA

10.1. Para a adequada execução da contratação pretendida, deverão ser observados os requisitos legais, normativos e técnicos abaixo relacionados, os quais deverão orientar todas

Prefeitura Municipal de Cacoal – Rua São Francisco nº 3143 - Bairro Industrial. CEP: 76.963-490
Contatos institucionais: (69) 3907-4096 - nfp.prefeituracacoal@gmail.com



as fases do processo, desde o planejamento e fornecimento até o recebimento definitivo dos objetos:

- **Lei Federal nº 14.133/2021** – Institui a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, estabelecendo normas gerais aplicáveis às contratações públicas.
- **Decreto Municipal nº 9.592/PMC/2024** – Regulamenta, no âmbito do Município de Cacoal/RO, a aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo ser observado quanto aos procedimentos administrativos, planejamento, formalização e execução contratual.
- **Lei Federal nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor (CDC)** – Aplicável subsidiariamente no que se refere à garantia legal, responsabilidade do fornecedor, vícios, defeitos e qualidade dos produtos fornecidos, sem prejuízo das garantias contratuais previstas no Termo de Referência.

10.2. As etiquetas deverão atender, no mínimo, aos seguintes requisitos técnicos:

- Ser confeccionadas em material adesivo resistente, apropriado para identificação patrimonial permanente;
- Possuir elevada capacidade de aderência às superfícies dos bens, garantindo fixação segura e duradoura;
- Apresentar resistência ao desgaste decorrente do uso contínuo, manuseio frequente, limpeza e demais condições normais de utilização dos bens;
- Permitir a impressão ou gravação de numeração patrimonial, código de barras e/ou QR Code, conforme os padrões adotados pela Administração;
- Manter a integridade física e a legibilidade das informações durante toda a vida útil prevista;
- Possuir características que dificultem a remoção sem evidências de violação, quando aplicável.

11. INDICAÇÃO DE VINCULAÇÃO OU DEPENDÊNCIA COM OUTROS PROCESSOS

11.1. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS A SEREM ADOTADAS:

11.1.1. Registre-se que, após análise das condições administrativas, operacionais e estruturais envolvidas, não foram identificadas providências prévias indispensáveis à implementação da solução pretendida. Verifica-se que a Administração dispõe dos meios necessários e suficientes para o imediato prosseguimento dos procedimentos cabíveis, inexistindo condicionantes que demandem adequações preliminares específicas.



11.1.2. Dessa forma, conclui-se que a execução poderá ser iniciada oportunamente, em consonância com o planejamento estabelecido, não havendo óbices de ordem técnica, administrativa ou logística que impeçam o regular desenvolvimento das etapas subsequentes do processo.

11.2. PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES CORRELATAS E INTERDEPENDENTES:

11.2.1. Cumpre consignar que, após a devida análise do contexto administrativo e do objeto pretendido, não foram identificadas demandas correlatas ou interdependentes que possam influenciar, condicionar ou impactar a execução da presente demanda. A solução proposta apresenta autonomia suficiente para sua implementação, não estando vinculada a outros ajustes, vigentes ou futuros, no âmbito da Administração.

11.2.2. Dessa forma, conclui-se que a presente demanda poderá ser conduzida e executada de maneira independente, sem prejuízo à sua eficiência e eficácia, inexistindo necessidade de compatibilização com outros instrumentos ou ações administrativas correlatas.

12. DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (PCA) E ALINHAMENTO COM AS LEIS ORÇAMENTÁRIAS VIGENTES

12.1. Atesta-se que, consoante as informações exaradas nos Documentos de Formalização de Demanda (DFD's), oficializados pelas unidades demandantes, a necessidade em apreço encontra-se devidamente contemplada no Plano de Contratações Anual (PCA), em estrita consonância com o planejamento institucional previamente estabelecido, evidenciando sua aderência às diretrizes estratégicas da Administração Pública.

12.2. Ademais, verifica-se que, nos termos dos elementos consignados nos referidos documentos, a demanda apresenta plena compatibilidade com as leis orçamentárias vigentes, notadamente com o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), encontrando-se alinhada às ações governamentais e à correspondente previsão de recursos orçamentários necessários à sua execução.

12.3. Dessa forma, resta devidamente demonstrado, com fundamento nas informações constantes dos Documentos de Formalização de Demanda (DFD's), que a iniciativa observa os pressupostos de planejamento, legalidade e responsabilidade fiscal, assegurando sua regular inserção no contexto orçamentário e administrativo da Administração Pública.

12.4. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento desta Prefeitura, por intermédio das Secretarias Municipais e dos



respectivos Fundos de Financiamento de Direitos Constitucionais, conforme detalhamento constante da tabela subsequente:

QUADRO RESUMO – INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS			
CLASSIFICAÇÃO	ORÇAMENTÁRIA	DA	
DESPESA PÚBLICA			3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

13. IDENTIFICAÇÃO DOS POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

13.1. IDENTIFICAÇÃO DOS POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS:

- Descarte de etiquetas inutilizadas, danificadas ou substituídas durante a vida útil dos bens patrimoniais;
- Consumo de matérias-primas e recursos naturais empregados na fabricação dos materiais adesivos e componentes utilizados na impressão das informações patrimoniais;
- Geração de resíduos sólidos ao final da vida útil dos bens identificados ou durante processos de manutenção e substituição das etiquetas.

13.2. DETALHAMENTO DE MEDIDAS MITIGADORAS:

- Promover o descarte ambientalmente adequado das embalagens e resíduos gerados, observando a legislação ambiental vigente;
- Utilizar as etiquetas de forma planejada e racional, evitando desperdícios durante os processos de identificação patrimonial;
- Adotar procedimentos de controle e armazenamento adequados para reduzir perdas, danos e descarte prematuro dos materiais;
- Observar as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei Federal nº 12.305/2010, no que couber à contratação.

14. DA DEMONSTRAÇÃO DAS PRETENSÕES A SEREM ALCANÇADAS

14.1. A contratação visa proporcionar a correta individualização dos bens patrimoniais, facilitando os processos de inventário, conferência, localização, fiscalização e atualização dos registros patrimoniais, garantindo maior confiabilidade das informações cadastradas.

14.2. Busca-se, ainda, fortalecer os mecanismos de controle interno, reduzir inconsistências nos registros patrimoniais, minimizar riscos de extravio ou perda de bens públicos e assegurar maior transparência na gestão administrativa.

14.3. Como resultado esperado, pretende-se obter um sistema de identificação patrimonial padronizado, durável e eficiente, contribuindo para a preservação do patrimônio público, o



cumprimento das exigências legais e o aperfeiçoamento contínuo dos processos de gestão patrimonial da Administração Municipal.

14.4. Dessa forma, a solução permitirá maior segurança, organização e rastreabilidade dos bens públicos, promovendo melhores condições para o acompanhamento, controle e prestação de contas dos recursos patrimoniais sob responsabilidade da Administração.

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

15.1. À luz das análises técnicas, operacionais e econômico-financeiras empreendidas no âmbito do presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a solução delineada revela-se adequada e suficiente para o atendimento da necessidade administrativa identificada, evidenciando compatibilidade com os princípios norteadores da Administração Pública, notadamente os da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público, bem como plena aderência às disposições da Lei nº 14.133/2021, que institui normas gerais de licitações e contratos administrativos.

15.2. Diante do conjunto fático e técnico analisado, resta demonstrado que a solução proposta se apresenta tecnicamente idônea, economicamente vantajosa e administrativamente exequível, atendendo aos requisitos de interesse público e à melhor alocação de recursos. Assim, declara-se a viabilidade da contratação pretendida, recomendando-se o regular prosseguimento do feito, com a adoção das providências necessárias à elaboração dos artefatos da fase preparatória, culminando na instauração do competente procedimento licitatório e, posteriormente, na formalização do ajuste administrativo.

Cacoal/RO, 19 de Junho de 2026.



RESPONSÁVEIS PELA CONSOLIDAÇÃO E REVISÃO DO PRESENTE ESTUDO:

[ASSINADO ELETRONICAMENTE]

MÁBILY L. R. DE OLIVEIRA

**ASSESSORA TÉCNICA EM PLANEJAMENTO DE COMPRAS
MATRÍCULA Nº 10818**

[ASSINADO ELETRONICAMENTE]

THAYNARA GALTER

**CHEFE DO NÚCLEO DE FORMAÇÃO DE PROCESSOS - NFP
PORTARIA Nº 506/NFP/PMC**



Em face de todo o exposto no presente Estudo Técnico Preliminar, e considerando a consistência das análises técnicas, operacionais e econômico-financeiras realizadas, os signatários competentes manifestam sua **APROVAÇÃO INTEGRAL** do referido instrumento.

Reconhece-se que as informações inerentes à demanda pleiteada encontram-se devidamente subsidiadas, estruturadas e fundamentadas, restando evidenciada a viabilidade da solução proposta, bem como sua adequação ao atendimento do interesse público.

Dessa forma, aprova-se o presente Estudo Técnico Preliminar para fins de regular prosseguimento do processo administrativo, com a adoção das providências subsequentes necessárias à formalização do ajuste administrativo pretendido.

[ASSINADO ELETRONICAMENTE]

GLEICE SABRINA S. TEODORO

SEC. MUN. DE ASSIS. SOCIAL E TRABALHO - ADJUNTA - SEMAST.

PORT. Nº 0335/PMC/2026

[ASSINADO ELETRONICAMENTE]

ELIANE DE LACERDA LUCIO SANTOS

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD

DECRETONº 8.700/PMC/2022

